

38º Encontro Anual da Anpocs

GT25 - Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea

Coordenação:

Carlos Benedito Martin (UnB),

Clarissa Eckert Baeta Neves (UFRGS)

Título do trabalho:

Acesso e equidade no ensino superior no Brasil: a demanda e a oferta social

Nome do autor:

Cibele Yhan de Andrade

Acesso e equidade no ensino superior no Brasil: a demanda e a oferta social

Cibele Yhan de Andrade

Uma ideia bastante disseminada é que a taxa de pessoas com educação superior de um país constitui um indicador de seu desenvolvimento. Mais recentemente, e apesar de sua difícil medição, a ideia que a educação superior é ela própria indutora do desenvolvimento dos países tem contribuído para conferir ao tema do acesso ao ensino superior um lugar de destaque na literatura especializada, nas agências internacionais, nas políticas nacionais de desenvolvimento de muitos países (Brunner, 2007).

De outra parte, diferentes segmentos da população, historicamente excluídos do ensino superior em diversas partes do globo, passaram a demandar maior equidade no acesso e na permanência nesse nível de ensino¹. Nesse cenário geral - e por motivos diversos, porém convergentes nos resultados - a questão do acesso ao ensino superior entrou, neste novo século, com força na agenda das políticas de P&D e de ensino superior em vários países e na agenda das próprias universidades também pressionadas a responder pelas demandas de inclusão social (Brunner & Uribe, 2007; Clancy et al., 2007).

O Brasil inscreve-se nesse desafio global. Embora o número de estudantes de ensino superior venha crescendo no país, o percentual da população entre 18 e 24 anos nesse nível de ensino é ainda muito pequeno. De fato, em torno de, apenas 20% dos jovens nesta faixa etária tiveram acesso ao ensino superior.

Ao se comparar com outros países, constata-se que o acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior tem se dado de forma mais lenta. Nos anos 1990, alguns países já tinham cerca de 40% de seus jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior; no início dos anos 2000, alguns países já tinham incorporado 60% dos jovens nesta faixa etária; e nos USA e na Coreia, mais de 80% dos jovens de 18 a 24 anos já estavam no ensino superior.¹ Ademais esse percentual está muito aquém das próprias metas do Brasil, pois o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu atingir o acesso de 50% da taxa bruta e 30% da

¹ Fonte ¹ “Higher education in developing countries – Peril and Promise”, The Task Force on Higher Education and Society, (The World Bank) 2000.

taxa líquida dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até 2012².

Nesse contexto também surgem no Brasil, nos últimos anos, iniciativas voltadas para ampliar e tornar mais equitativo o acesso ao ensino superior de estudantes oriundos das camadas menos favorecidas da população. Neste início de século XXI, o governo federal encampou três iniciativas visando responder ao problema da inclusão no ensino superior: o Programa Universidade Para Todos (ProUni) (Lei no 11.096 de 2005)³, voltado para os estudantes de instituições privadas; a “Lei das cotas” (Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012; Decreto no 7.824 de 11/10/2012.) que determina que as universidades federais adotem cotas para egressos de escola pública que combinem critérios de cor/etnia (pretos, pardos e indígenas) e sociais (renda familiar)⁴; e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999 e significativamente ampliado em 2010 através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Dentro desse contexto o presente trabalho visa investigar como foi a expansão do acesso ao ensino superior no país nos últimos anos e como vem se dando o processo de inclusão e ampliação da equidade dos jovens adultos neste nível de ensino. Enfim, qual tem sido o alcance das políticas de ação afirmativa implementadas nos últimos anos.

Dessa forma vamos analisar o ensino superior em duas de suas dimensões – a demanda e a oferta. Para tanto criamos as seguintes categorias de análise: em relação à demanda: ***demanda potencial, efetiva e social*** – e em relação à oferta – ***oferta total e social***.

A ***demanda potencial*** remete ao estoque de candidatos formalmente qualificados para ingressar no ensino superior, ou seja, que tenham concluído o ensino médio. Embora seja uma questão aparentemente simples, nem sempre é considerada nos estudos que buscam

²Esse percentual, calculado segundo os microdados da PNAD 2012, refere-se ao número de jovens entre 18 a 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior: podem ter concluído o curso, estarem matriculados ou terem abandonado o curso antes da conclusão. No México, por exemplo, a taxa líquida de matrículas é de 20% e na Coreia, de 72%. OECD, 2010.

³ ProUni opera mediante a concessão de bolsas de estudos para estudantes de baixa renda em cursos de graduação e sequenciais de formação específica nas instituições de ensino superior privadas. Para ser beneficiado o estudante deve preencher os seguintes requisitos: a) não possuir diploma de ensino superior; b) ter obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nota mínima de 500 pontos na Redação e de 450 pontos nas demais provas; c) possuir renda familiar mensal *per capita* de até um salário mínimo e meio para obtenção de bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial, e d) ter estudado no ensino médio em escolas públicas ou em escolas privadas na condição de bolsista (Brasil, 2005).

⁴ A Lei das cotas (Lei no 12.711), como ficou conhecida, destina 50% das vagas das universidades federais para estudantes provenientes de escolas públicas e dentre estas vagas reservadas, uma porcentagem caberá a estudantes de acordo com a renda familiar e a outra a estudantes pretos, pardos e indígenas. A Lei será implementada de forma gradual e as instituições federais poderão utilizar para a seleção dos alunos ou a nota do Exame Nacional de Cursos (Enem) ou do seu processo seletivo tradicional.

estimar a demanda de ensino superior. Tendo em vista o conjunto de desigualdades sociais, de gênero e de cor/raça dos jovens que incide em sua trajetória educacional, a evasão, o atraso escolar e a não conclusão do ensino médio constituem uma restrição básica para a ampliação do acesso ao ensino superior.

A *demanda efetiva* compreende o conjunto dos estudantes que, submetidos ao ENEM (Exame Nacional de Cursos), obtiveram uma pontuação que lhes qualifica para se candidatarem em programas de ação afirmativa de instituições públicas ou privadas⁵. Por fim, a *demanda social*, tal como, a definimos aqui é aquela proveniente dos grupos sociais e/ou étnicos para os quais se destinam os programas de ação afirmativa.

Por sua vez, a dimensão da oferta também se desdobra em *oferta total e oferta social*. A primeira refere-se ao total das vagas oferecidas no sistema de ensino superior – público e privado; já a oferta social refere-se ao total de vagas disponibilizadas pelos programas de ação afirmativa. Trata-se de um fenômeno recente que vamos analisar considerando o impacto e as contribuições de diferentes políticas e programas implementados em âmbito federal - ProUni, Fies e Lei das Cotas.

Demanda potencial, demanda efetiva e demanda social, de um lado, e oferta total e oferta social, de outro, balizam o quadro geral no qual formulamos as principais questões deste projeto de pesquisa.

Como, no Brasil, as variáveis classe social, cor/raça e sexo incidem de forma combinada e hierárquica na trajetória escolar dos estudantes desde as séries iniciais do ensino fundamental até o acesso ao ensino superior?

Qual a demanda potencial de ensino superior no país, considerando o afunilamento que existe na trajetória escolar em direção aos níveis mais avançados?

De que maneira os marcadores de diferença (classe, cor e gênero) operam no acesso/exclusão dos jovens no ensino superior público e privado e nas diferentes regiões do país?

Qual o perfil dos participantes do Enem em termos de origem escolar (pública ou privada), renda familiar, cor e sexo e qual o desempenho, em cada um desses segmentos atinge nos resultados do exame?

⁵ Para os fins desse trabalho adotamos o critério de desempenho estabelecido pelo ProUni, ou seja, o candidato para participar do ProUni deve ter se submetido ao Enem, no ano de referência, e ter obtido nota diferente de zero na prova de redação e 450 pontos nas demais provas. O FIES e a Leis de Cotas não definem a priori critérios de desempenho no ProUni, pois esse fica a cargo das instituições de ensino nas quais o aluno se submete. Vale observar ainda que para obter a Certificação do Ensino Médio o desempenho do candidato deve ser de 500 pontos na prova de Redação e de 450 nas demais provas.

Qual o contingente de participantes no Enem, segundo o desempenho, perfil socioeconômico e de cor/raça, apresenta condições de ingressar numa IES pública ou privada por meio de um dos programas de ação afirmativa em análise?

Que impactos as iniciativas federais “Lei de Cotas” (para as universidades públicas federais), ProUni e Fies (para estudantes de instituições privadas) têm para a ampliação do acesso ao ensino superior dos segmentos mais vulneráveis da população nas diferentes regiões no país?

Para responder a essas questões realizamos a análise da evolução do acesso ao ensino superior, a partir de 1995, utilizando os microdados da PNAD/IBGE e do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), considerando as variáveis socioeconômicas, sexo e cor/raça da população na faixa etária de 18 a 24 anos. Para a análise dos programas federais de ação afirmativa utilizamos os dados divulgados oficialmente pelos próprios programas: Programa Federal de Cotas, ProUni e FIES.

Alguns resultados:

- Como primeira restrição ao acesso ao ensino superior temos a grande parcela de jovens não tem qualificação educacional formal, ou seja, não completaram o ensino médio, ou nem mesmo o ensino fundamental (46% do total de jovens nessa faixa etária). Desses a maioria são do grupo de autodeclarados como *Não Brancos* (55%) e a maior parte deles pertencente à famílias com renda mensal percapita inferior à 1sm (76%). Temos outra parcela que, apesar de ter concluído o ensino médio não teve acesso ao ensino superior (34%) e, como esperado, o maior percentual está entre os jovens pertencentes às faixas de menor renda da população (54%). Essa última parcela compõe a *demanda potencial* ao ensino superior.
- A *demanda efetiva* como consideramos acima, compreende o conjunto dos estudantes que, submetidos ao ENEM, contabilizaram, no último ano (dado disponível para 2012), mais de 5.700 mil inscritos, porém na realização das provas e com ensino médio regular concluído, esse número decresce para 2.900 mil e com desempenho superior a 450 pontos são 2.200 mil.
- Por fim, a *demanda social*, tal como, a definimos aqui é aquela proveniente dos grupos sociais e/ou étnicos para os quais se destinam os programas de ação afirmativa, temos que:

- 76% do total acima são egressos do ensino médio público;
- 52% são jovens autodeclarados como pretos, pardos ou indígenas, ou seja, incluídos na nossa categoria de não brancos;
- 37% são jovens oriundos de famílias com rendimento mensal percapita de até 1,5 s.m. (Podemos constatar que há uma sub-representação dos participantes das escolas públicas, pois a rede pública contém 87% das matrículas do ensino médio⁶. Mas o mesmo não ocorre com a parcela dos jovens oriundos de famílias com rendimento mensal percapita de até 1,5 s.m., pois essa representa 30% da população e também não ocorre com a parcela de jovens autodeclarados como *não brancos*, pois esses são 55% no total da população brasileira⁷).

Já a *oferta social*, no momento presente, é composta por 135 mil vagas nas universidades federais. O setor público não tem porte para cobrir a demanda social mesmo que ofereça todas as suas vagas para reserva de cotas. O SISU recebeu nesse ano aproximadamente 870.000 inscrições de alunos que se inseriam nos critérios de reserva de cotas. O setor privado, através do Prouni, contabiliza aproximadamente 250 mil bolsas anuais para candidatos que obtiveram desempenho acima de 240 pontos no ENEM - montante bem inferior a *demanda social* apresentada acima. Finalmente a que se considerar o FIES, também dirigido a estudantes de baixa renda, mas não tem como critério variáveis de desempenho dos candidatos. Esse programa ofereceu, em 2012, em torno de 376 mil contratos de financiamento estudantil, sendo essa última iniciativa a que tem apresentado maior capacidade de crescimento.

Há restrições à maior equidade no ES que claramente não poderão ser minimizadas apenas políticas de acesso à esse nível de ensino. São restrições ocorridas na formação anterior, uma vez que, quase a metade dos jovens de 18 a 24 anos não possui a qualificação formal necessária para o acesso ao ES, seja porque não concluíram o ensino médio (28%) ou porque não concluíram, nem ao menos, o ensino fundamental (18%). Como esperado isso ocorre entre os jovens mais desfavorecidos em termos socioeconômicos e entre aqueles que se declaram como não brancos. Obviamente essa é uma restrição que não poderá ser minimizada com políticas de acesso ao ensino superior, mas de acesso, qualidade e permanência no ensino básico.

⁶ Fonte: MEC/INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica, 2012.

⁷ Fonte: IBGE/PNAD, 2011

Embora tenha havido crescimento do sistema e aumento do acesso, seguido de um processo, ainda que lento, no sentido de promover maior inclusão, os dados apresentados deixam claro a persistência de restrições à maior equidade no ensino superior.

Sequencia de tabelas e gráficos⁸:

- Demanda Potencial

Escolaridade das pessoas de 18 a 24 anos. Brasil, 2012

Níveis de escolaridade	n	%
Não completou Ensino Fundamental	4.009.418	18,0
Não conclui o ensino médio	6.161.516	27,7
Completou Ensino Médio	7.470.751	33,6
Teve acesso ao Ensino Superior	4.594.544	20,7
TOTAL	22.236.229	100,0

FONTE: IBGE - PNAD2012. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Escolaridade das pessoas de 18 a 24 anos, segundo a renda percapita em frações do salario mínimo. Brasil, 2012

	Zero a 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 1,5 SM	Mais de 1,5 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 SM	TOTAL
Não completou Ensino Fundamental	34,8	19,3	10,1	5,3	1,9	1,0	18,3
Não conclui o ensino médio	35,9	32,6	25,2	16,8	8,8	7,5	27,9
Completou Ensino Médio	24,3	37,0	42,6	38,6	21,4	14,7	33,6
Teve acesso ao Ensino Superior	5,0	11,1	22,1	39,3	67,8	76,8	20,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL ABSOLUTO	5.833.971	6.526.218	3.862.345	3.644.597	905.781	483.153	21.256.065

Fonte: IBGE – PNAD 2012. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Escolaridade das pessoas de 18 a 24 anos segundo a cor da pele. Brasil, 2012

Níveis de escolaridade	Branca	Não branca	TOTAL
Não completou Ensino Fundamental	11,5	23,6	18,3
Não conclui o ensino médio	23,5	31,3	27,9
Completou Ensino Médio	34,9	32,6	33,6
Teve acesso ao Ensino Superior	30,1	12,5	20,2
TOTAL	9.253.659	12.002.406	21.256.065

FONTE: IBGE - PNAD2012. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

⁸ As tabelas e gráficos aqui apresentados foram elaboradas pelo autor a partir das PNADs/IBGE; dos microdados do ENEM/MEC; dos Censos do Ensino Superior e da Educação Básica também disponibilizados anualmente pelo Ministério da Educação.

- Demanda Efetiva

Participantes do Enem

Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - Brasil	Número de participantes	
	Abs.	%
Total		
Total de inscritos	5.292.829	100%
Realizaram as provas objetivas e de redação	3.765.153	71%
Participantes válidos	2.865.016	54%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Participantes do Enem segundo desempenho no exame

Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - Brasil	Número de participantes	
	Abs.	%
Total		
Participantes válidos	2.865.016	100
Atingiram, ao menos, 450 pontos, nas Prova objetivas e na redação	2.170.379	76%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Participantes do Enem segundo desempenho no exame e dependência administrativa da escola: pública ou privada

Enem - Brasil	Número de participantes					
	Total		Privado		Público	
Total						
Participantes válidos	2.865.016	100%	503.211	100%	2.361.805	100%
Atingiram, ao menos, 450 pontos	2.170.379	76%	474.092	94%	1.696.287	72%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Participantes do Enem segundo desempenho no exame, escola pública e privada e raça/cor

Enem – Brasil, 2011	Número de participantes					
Branços	Total		Privado		Público	
Concluíram o EM Regular ou Profissionalizante	1.239.123	100%	310.699	100%	928.424	100%
Atingiram, ao menos, 450 pontos	1.024.779	83%	297.749	96%	727.030	78%

Enem - Brasil, 2011	Número de participantes					
Não brancos	Total		Privado		Público	
Concluíram o EM Regular ou Profissionalizante	1.625.893	100%	192.512	100%	1.433.381	100%
Atingiram, ao menos, 450 pontos	1.145.600	70%	176.343	92%	969.257	68%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Participantes do Enem segundo desempenho no exame, escola pública ou privada e renda familiar média per capita

Enem - Brasil, 2011	Número de participantes					
Total	Total		Privado		Público	
Atingiram, ao menos, 450 pontos	2.223.224	100%	489.513	100%	1.733.711	100%
Menor que 1,5 SM	869.848	39%	65.237	13%	804.611	46%
1,5 SM ou mais	1.353.376	61%	424.276	87%	929.100	54%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Participantes do Enem segundo desempenho no exame, escola pública ou privada, raça/cor e renda familiar

Branços	Total		Privado		Público	
Atingiram, ao menos, 450 pontos	1.024.779	100%	297.749	100%	727.030	100%
Menor que 1,5 SM	295.325	29%	27.445	9%	267.880	37%
1,5 SM ou mais	729.454	71%	270.304	91%	459.150	63%

Não Brancos	Total		Privado		Público	
Atingiram, ao menos, 450 pontos	1.145.600	100%	176.343	100%	969.257	100%
Menor que 1,5 SM	554.180	48%	35.646	20%	518.534	53%
1,5 SM ou mais	591.420	52%	140.697	80%	450.723	47%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

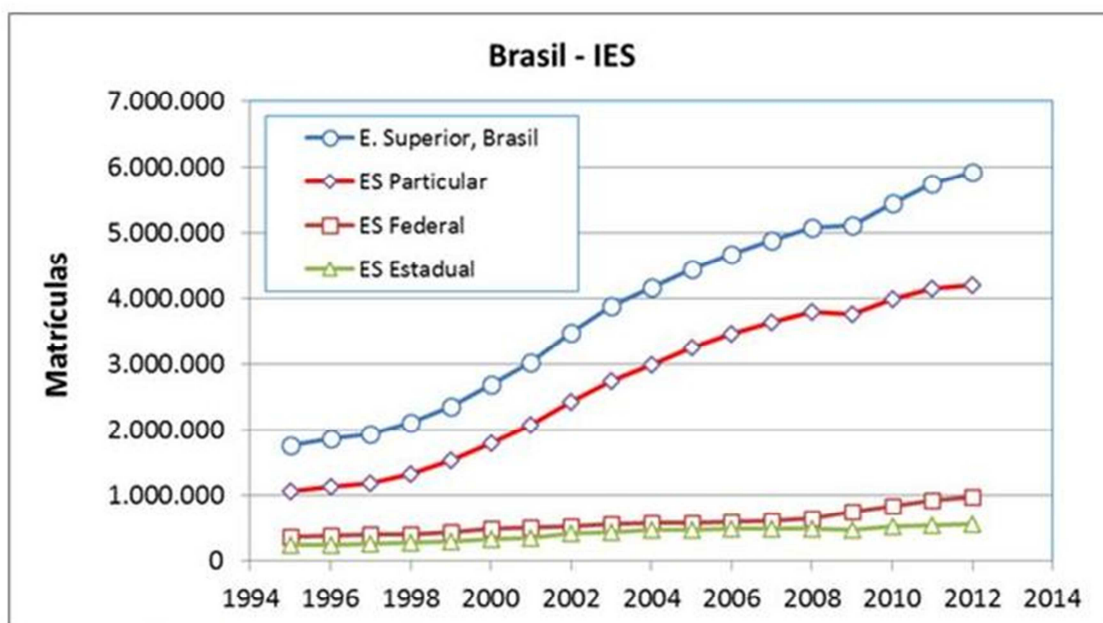
Percentual de candidatos “aprovados” no Enem segundo os critérios de desempenho dos Programas de AA⁹

Escola Pública, Cor e Renda	Não Branco da Escola Pública e com renda inferior 1,5 sm	27%
Escola Pública e Cor	Não Branco da Escola Publica com renda superior a 1,5sm	24%
Escola Pública	Branco da Escola Publica e Renda Superior a 1,5 sm	24%
Escola Pública e Renda	Branco da Escola Publica e Renda Inferior a 1,5 sm	14%
Cor	Não Branco da Escola Privada com renda superior a 1,5	7%
Cor e Renda	Não Branco da Escola Privada com renda inferior a 1,5	2%
Renda	Branco da Escola Privada com renda inferior a 1,5 sm	1%
Total	1.759.378	100%

Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

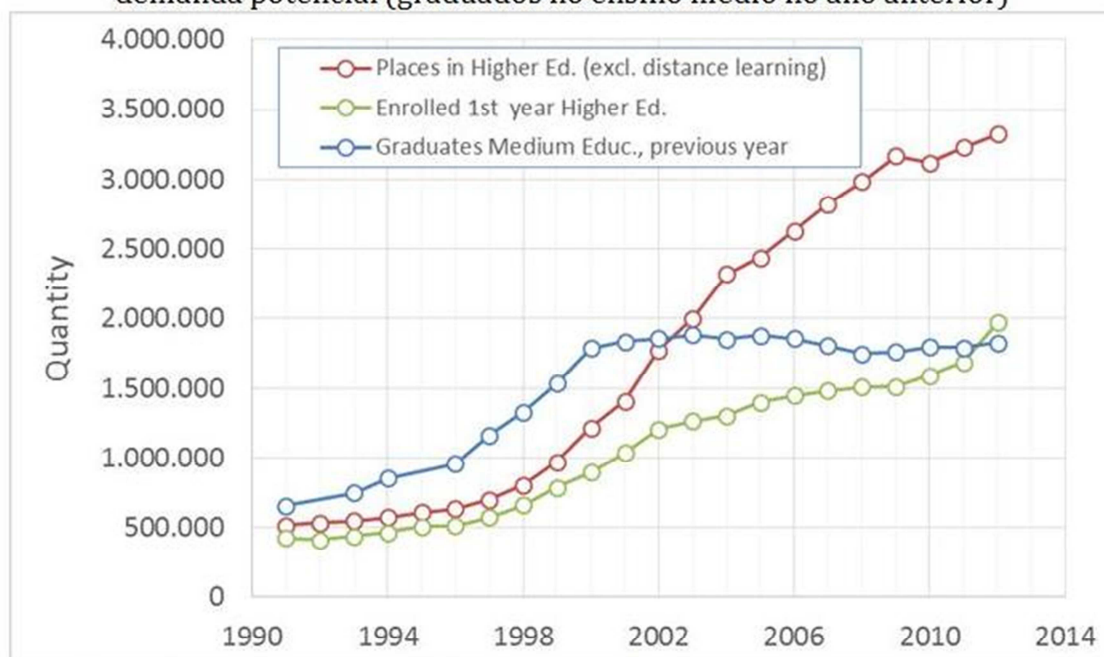
- Oferta Total

Oferta Total – matrículas no ensino superior



Fonte: MEC/INEP. Elaborado por Cibele Yhan de Andrade

Evolução da Oferta no ensino superior (vagas e matrículas no 1o ano) versus demanda potencial (graduados no ensino médio no ano anterior)



Fonte: MEC/INEP. Elabora por Cibele Yhan de Andrade

Bibliografia

ANDRADE, Cibele Yahn e Dachs, Norberto W. **Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor**. Cadernos de Pesquisa maio/agosto v.37 no 131, 2007. **Fundação Carlos Chagas**. Autores Associados, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Cibele Yahn e Dachs, Norberto W. Uma análise do acesso à educação no Brasil por jovens de 18 a 24 anos no período de 1995 a 2006. **Revista USP** numero 78, junho, julho, agosto 2008.

ANDRADE, Cibele Yahn. **Ensino Superior: Expansão e Desafios**. ComCiência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, número 54, maio, 2004

BARROS, Ricardo P. de. et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 834, 2001

BELTRÃO, Kaizô I. Alfabetização por sexo e raça no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 1003, 2003

_____.; TEIXEIRA, Moema de P. O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira - uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº 1052, 2004

BRUNNER, J.J.; URIBE, D. (2007) Mercados Universitarios: el Nuevo escenario de la educación superior. Santiago do Chile, Universidade Diego Portales, 2007.

CAMARANO, Ana A . et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 1038, 2004

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas**. Trabalho apresentado ao SEMINÁRIO ESPECIAL "Um modelo de educação para o século XXI. Rio de Janeiro, 1998.

CLANCY, Patrick et al. (2007). Comparative perspectives on access and equity. In P. G. & Petterson, Patti, M (eds). Higher education in the new century. **Global Challenges and innovative ideas**. Vol 10. Boston College center for international higher education and sense publishers. P. 35-54.

CORBUCCI, Paulo. O Ensino Superior Brasileiro na Década de 90. **Políticas Sociais. Acompanhamento e análise**. N.2, IPEA, fev. 2001.

DURHAM, Eunice R. **Uma política para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta**. São Paulo : NUPES, 1998. (Documento de Trabalho NUPES 1/98 - Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP).

CORSEUIL, Carlos H.; SANTOS, Daniel D.; FOGUEL, Miguel N. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros

países da América Latina. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 797, 2001

FERNANDES, Danielle C. **Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor.** (Concurso de Monografia - Prêmio Ipea 40 anos - IPEA-CAIXA, 2004 - Tema A Superação das desigualdades sociais no Brasil). Digitado.

FERRARO, Alceu R.; MACHADO, Nadie C. F. Da universalização do acesso à escola no Brasil. **Educação & Sociedade**, Ano 23, nº. 79, 2002.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisas**, nº. 118, 2003

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 807, 2001.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília, DF.: IPEA, 2002

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, nº.50, 2005

OSORIO, Rafael G. A mobilidade social dos negros brasileiros. **Texto para Discussão - IPEA**. Rio de Janeiro, nº. 1033, 2004

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: do que se trata.** Rio de Janeiro, 2003

SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando; TORRES, Haroldo. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

SAMPAIO, Helena. **Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e estado entre dois séculos.** In Ensino superior: expansão e democratização, org Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Coleção Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 55, p. 83-96. 1999

SOARES, José F.; ALVES, Teresa G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.29, n.1. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-9702200300100011&script=sci_arttex&tlng=pt>. Acesso em 02 de maio 2005.

SOARES, Sergei; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. Os jovens de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº 954, 2003

ZUCHI, Juliana. **Desigualdade de renda no Brasil em 2001: a influência da cor e da educação.** (Concurso de Monografias - Prêmio IPEA 40 anos - IPEA-CAIXA, 2004 - Tema A superação das Desigualdades no Brasil). Digitado.